



## **A constituição de um arquivo pessoal no descuido da história coletiva**

*The constitution of a personal archive in the  
carelessness of collective history*

*La constitución de un archivo personal en el descuido  
de la historia colectiva*

ROSIMAR SERENA SIQUEIRA ESQUINSANI <sup>a</sup>

### Resumo

O texto narra um possível descuido de agente público sobre documentos de registro da história de uma rede municipal de ensino e a consequente constituição de um arquivo pessoal, a partir desse descaso para com a história coletiva. Baseando-se em tal narrativa, partilha reflexões sobre a potência de um arquivo pessoal, apontando possibilidades de uso e ponderações advindas da guarda desse material, considerando a relevância para a história da educação de redes e sistemas públicos de ensino. Metodologicamente, o texto está assentado em uma pesquisa descritiva, em recorte longitudinal retrospectivo, construída a partir de uma abordagem dialética, com procedimento analítico reconstrutivo e amparada por uma revisão bibliográfica. O *corpus* empírico de reflexão está calcado em documentos de guarda pessoal, afetos a uma rede municipal de ensino no interior sul-rio-grandense, resgatados de processos de exclusão física e mantidos sob custódia particular ao longo de 20 anos. Além de apresentar os documentos que constituem o arquivo, o desenvolvimento do texto expõe reflexões acerca dos usos de um arquivo pessoal e sua relevância para a história da educação, além de trabalhar com os conceitos de memória coletiva, de Maurice Halbwachs e lugar

---

<sup>a</sup> Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. Doutora em Educação, e-mail: rosimaresquinsani@upf.br

de memória, de Pierre Nora. Em síntese, as reflexões tecidas apontam, conclusivamente, que os documentos arrolados no arquivo pessoal são compatíveis com a relevância da história da educação, sendo que a força empírica dos dados contidos nos documentos do arquivo indica que o arquivo pode se constituir em um lugar de memória, guardando possibilidades de uma memória coletiva.

**Palavras-chave:** Arquivo pessoal. História da educação. Rede pública de ensino. Memória coletiva. Lugar de memória.

### *Abstract*

*The text narrates a possible carelessness of a public agent regarding documents that record the history of a municipal school system and the consequent constitution of a personal archive, based on this disregard for collective history. Based on such a narrative, it shares reflections on the power of a personal archive, pointing out possibilities of use and considerations arising from the storage of this material, considering the relevance to the history of education of public education networks and systems. Methodologically, the text is based on descriptive research, in a retrospective longitudinal cut, built from a dialectical approach, with a reconstructive analytical procedure and supported by a bibliographic review. The empirical corpus of reflection is based on personal guard documents, related to a municipal education network in the interior of Rio Grande do Sul, rescued from processes of physical exclusion, and kept in private custody for 20 years. In addition to presenting the documents that constitute the archive, the development of the text exposes reflections on the uses of a personal archive and its relevance to the history of education, in addition to working with the concepts of collective memory, by Maurice Halbwachs and place of memory, by Pierre Nora. In summary, the woven reflections conclusively point out that the documents listed in the personal archive are compatible with the relevance of the history of education, and the empirical strength of the data contained in the archive documents indicates that the archive can constitute a place of memory, keeping possibilities of a collective memory.*

**Keywords:** Personal archive. History of education. Public school system. Collective memory. Place of memory.

### *Resumen*

*El texto narra la negligencia del agente público sobre los documentos que registran la historia de un sistema escolar municipal, y la consecuente constitución de un archivo personal, en descuido de la historia colectiva. Con base en tal narrativa, comparte reflexiones sobre el poder de un archivo personal, apuntando posibilidades de uso y consideraciones derivadas del almacenamiento de este material, considerando la relevancia para la historia de la educación de las redes y sistemas de educación pública. Metodológicamente, el texto se basa en una investigación descriptiva, de corte longitudinal retrospectivo, construido desde un enfoque dialéctico, con un procedimiento*

*analítico reconstructivo y sustentado en una revisión bibliográfica. El corpus empírico de reflexión se basa en documentos de guardia personal, relacionados con un sistema escolar municipal del interior de Rio Grande do Sul, rescatados de procesos de exclusión física y mantenidos en custodia privada durante 20 años. Además de presentar los documentos que componen la colección, el desarrollo del texto expone reflexiones sobre los usos de un archivo personal y su relevancia para la historia de la educación, además de trabajar con los conceptos de memoria colectiva, de Maurice Halbwachs y lugar de la memoria, de Pierre Nora. En resumen, las reflexiones tejidas apuntan de manera concluyente que los documentos que figuran en el archivo personal son compatibles con la relevancia de la historia de la educación, y la fuerza empírica de los datos contenidos en los documentos de la colección indica que el archivo puede constituir un lugar de la memoria, guardando posibilidades de una memoria colectiva.*

**Palabras clave:** Archivo personal. Historia de la educación. Sistema escolar público. Memoria colectiva. Lugar de la memoria.

## Introdução

Durante vinte anos, trabalhei na secretaria municipal de educação de um município de porte médio, no interior do Rio Grande do Sul. Cheguei na secretaria em plena ‘troca’ de gestão quadrienal, no início do ano de 1997, após um pleito eleitoral que havia indicado uma alteração radical no comando do município. Havia um certo desconforto pairando no ar, algo típico de espaços que são ocupados não por profissionais, mas por convites pessoais, relações, amizades e, em muitas vezes, por meras filiações partidárias.

Ao chegar na sala onde trabalharia, me deparei com uma caixa de papelão imensa, cujo destino era a incineração. Curiosa, pedi para olhar o que tinha entre aqueles papéis destinados à exclusão física. Tratavam-se de documentos singulares: atas, relatórios, fotos, legislações, *folders*... um material riquíssimo que contava parte da história daquela rede de ensino, desde o início do século XX.

Perguntei se aquele material estava destinado à eliminação física, ao que me foi confirmado. Solicitei formalmente, então, se poderia ficar com o material. A pessoa responsável aprovou meu pedido, mas, em tom de deboche, provocou: “Se tu gostas

de lixo, podes levar!?”. Se aquele material se enquadrava, na percepção de minha interlocutora, como ‘lixo’, então, a resposta era sim, gostava de lixo.

Ao longo dos anos seguintes, juntei muito ‘lixo’. Toda troca de administração havia uma espécie de ritual: todo o material relativo à administração que se encerrava era destinado ao lixo. Além disso, setores eram fechados ou renomeados e, nesse processo, caixas de documentos também eram destinadas ao lixo. Eu fazia a solicitação formal e hierárquica para recolher aquele material considerado entulho e trazia para minha própria casa.

Ao final de duas décadas, me deparei com uma quantidade grande de lembranças, espólio de uma rede pública de ensino que parecia olhar para frente e priorizar o novo, em detrimento de qualquer vestígio do que a constituiu.

Durante algum tempo, refleti sobre o que fazer com aquele material. Confesso que, por vezes, pensei em destinar os quilos de papel para a reciclagem. Mas, depois, voltava à consciência e percebia que eliminar aquele material seria desrespeitoso, sobretudo, com a história da educação em redes e sistemas públicos de ensino.

A força empírica dos documentos juntados me toma toda vez que faço a revisão, leitura e catalogação do material. Cenários infinitos, perspectivas plurais, significados múltiplos da organização de escolas públicas saltam às evidências. Como poderia me desfazer do material que, apesar de hoje constituir-se em meu arquivo pessoal, refere-se a possibilidades que extrapolam os limites da minha casa?

Assim, o texto que segue objetiva partilhar reflexões sobre a potência de um arquivo pessoal constituído a partir do descuido para com a história, do desleixo para com o coletivo, apontando possibilidades de uso e reflexões advindas justamente da guarda desse material, considerando a relevância da história da educação de redes e sistemas públicos de ensino. Tomo aqui o termo ‘descuido’ justamente como sinônimo de desleixo, descaso, desconsideração, desdém e abandono.

Metodologicamente, o texto está assentado em uma pesquisa descritiva de recorte longitudinal retrospectivo, construída a partir de uma abordagem dialética, com procedimento analítico reconstrutivo e amparada por uma revisão bibliográfica. O *corpus* empírico de análise e reflexão está calcado em documentos de guarda pessoal, resgatados de processos de exclusão física e mantidos sob custódia particular ao longo de 20 anos, constituindo um arquivo pessoal.

Para amparar as reflexões, lanço mão, prioritariamente, de três referenciais teóricos: os usos de um arquivo pessoal e sua relevância para a história da educação, a partir de autores que defendem a disciplina, especialmente Antônio Nóvoa; o conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs; bem como o conceito de lugar de memória, de Pierre Nora.

Para dar conta de seu objetivo, o artigo divide-se em três seções: uma primeira seção com um detalhamento mais amiado acerca do que constitui o arquivo pessoal narrado; uma segunda seção relacionando os documentos do arquivo à História da Educação como fundamento da educação; e uma terceira seção com reflexões sobre o arquivo pessoal enquanto lugar de memória e possível depositário de uma memória coletiva, utilizando uma revisão bibliográfica mínima como aporte.

### *O que constitui o (meu) arquivo pessoal, exatamente?*

Nesta seção, exponho e partilho com o leitor minhas compreensões sobre o material que tenho em mãos e quais os indicativos de que ele se constitui em um arquivo pessoal. Também, aponto qual o tipo de material ou, especificamente, os documentos que compõem o arquivo e em qual quantidade.

Considero que o material que tenho em mãos, mesmo sendo oriundo de espaços públicos – que, eventualmente, não consideraram relevante fazer sua guarda – constitui, em seu conjunto, documentos pessoais, classificados como uma “categoria que reúne autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família, etc.” (CELLARD, 2008, p. 297).

Além do mais, ajuízo que tais documentos são documentos históricos, uma vez que um documento “é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva” (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 21). Ainda, de acordo com os autores, o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 24).

De igual forma, os documentos históricos sob minha guarda também respondem aos critérios de indexação como fontes em História da Educação. Como explica Lombardi:

as fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (LOMBARDI, 2004, p.155).

Entretanto, um conjunto de documentos, aparentemente, sem valor de guarda para o agente público, poderia ser considerado um arquivo pessoal? Para responder, afirmativamente, à questão parto da premissa de que há uma organicidade entre os documentos sob minha guarda, uma unidade que os agrega e, ao mesmo tempo, articula. Isto porque, operacionalmente, no que diz respeito aos arquivos pessoais...

a unidade de cada um deles é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos privados pessoais, cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo (HEYMANN, 1997, p.42).

No caso específico, a unidade do arquivo consiste no registro da trajetória histórica de uma rede pública municipal de ensino, considerando o recorte temporal longitudinal como um elemento de narrativa. Ou seja, há unidade e organicidade tanto no tema do arquivo – documentos sobre a rede pública municipal de ensino –, quanto no recorte temporal, que permite a constituição de uma narrativa histórica acerca da referida rede de ensino.

Ainda no que concerne à constituição do arquivo, a documentação reunida precisa estar “coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir [...] critérios da instância responsável pela acumulação (HEYMANN, 1997, p. 43).

No caso do arquivo que está sob minha custódia, os passos descritos por Heymann foram seguidos: os documentos estão coesos – sendo descritos de forma detalhada sequencialmente –, provém do mesmo lugar de origem e caracterizam-se

pela mesma lógica de guarda: a potencial exclusão física, caso permanecessem no espaço de origem. Tal exclusão física viria, dentre outros motivos, pela dinâmica própria do trabalho no espaço onde estavam, que não permite acúmulos de papéis ou registros que não apresentem uma utilidade imediata.

Paradoxalmente, tal indexador de utilidade imediata é um dos critérios que permite sopesar o material que compõe o arquivo como patrimônio documental, considerando que:

Constituem patrimônio documental somente aqueles documentos que: já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados; que já não tramitam; que já passaram pelo arquivo corrente; que, já submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal tanto para a história institucional da entidade que o produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição. Esses conjuntos documentais, portanto, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, provincial/estadual ou nacional (BELLOTTO, 2000, p. 154).

Ou, no caso em análise, um arquivo pessoal, constituído e organizado dentro de uma lógica de guarda e manutenção da memória individual, em uma primeira instância, porém com potencial para estimular e registrar a memória coletiva.

Dentro da lógica de constituição e organização do material sob minha guarda, optei por preparar os documentos em ordem cronológica e de acordo com sua natureza e sua temática. O quadro a seguir dá conta do material empírico disposto à análise.

Quadro 01 – Material do Arquivo

<b>Quantidade</b>	<b>Descrição</b>
<b>03</b>	Planos municipais de educação, de 1991, 2005 e 2015;
<b>422</b>	Documentos referentes à construção de três planos municipais de educação (atas de reuniões das equipes de trabalho, roteiros operacionais, entrevistas, consultas públicas, pesquisas sobre contexto), 1990-1991; 2004-2005; 2014-2015;
<b>20</b>	Agendas informativas anuais da Secretaria Municipal de Educação, de 1995 a 2014;
<b>2.039</b>	Reportagens de jornais locais, correspondentes aos anos de 1992 a 2014;
<b>07</b>	Documentos de referência curricular: 1979; 1985; 1989; 1993; 2000; 2006; 2012;
<b>523</b>	Subsídios pedagógicos ofertados às escolas, de 1979 a 2014;

<b>249</b>	Documentos avulsos: panfletos; <i>folders</i> ; representações junto ao Ministério Público e que envolvem atividades da SME; atas de reuniões de comissões operacionais de trabalho para ações governamentais (2001-2013); atas de reuniões internas da SME (1998-2014); relatórios de final de ano letivo das escolas da rede (1997/1999/2000/2004/2006/2011/2013);
<b>07</b>	Planos de metas quadrienal da Secretaria de Educação, em 1989; 1993; 1997; 2001; 2005; 2009 e 2013;
<b>08</b>	Registros de grupos de estudos criados na rede, a partir da parceria com Instituições de Ensino Superior locais (artigos científicos, livros, material de divulgação...): 1989; 1997;
<b>18</b>	Leis e Projetos específicos sobre programas e ações de governo, de 1989 a 2014;
<b>28</b>	Decretos com a nomeação dos secretários municipais de educação desde 1924 a 2009;
<b>34</b>	Tabelas e planilhas com resultados de desempenho escolar da rede: aprovação, reprovação e evasão, de 1970 a 2004;
<b>52</b>	Fotografias: eventos sociais, premiações, apresentações artísticas e mesmo confraternizações entre a equipe da secretaria ou escolas (sem data referida);
<b>38</b>	Decretos de criação ou extinção de escolas, de 1948 a 2014;
<b>242</b>	Atas de reuniões da Secretaria Municipal de Educação com a equipe gestora das escolas municipais, de 1989 a 2014.

Fonte: organização autoral (2022).

Realizada a primeira triagem – por ordem cronológica e temática – evidenciei os tipos de organização e catalogação possíveis dos documentos: a horizontal, com informações que consideram um período determinado, sem rupturas em sua narrativa, por exemplo o conjunto de decretos de criação e extinção de escolas, que está completo, informando tais movimentos de 1948 a 2014; e a organização e catalogação vertical, com informações pontuais e complementares, que apresentam rupturas ou hiatos em suas narrativas, como o conjunto denominado ‘documentos avulsos’, com uma série de dados interrompidos no seu todo ou em algum período.

Importante evidenciar que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2013, p. 72), no caso específico, dos documentos guardados. Entretanto, a lembrança não funciona em um vazio de sentido, mas na vinculação a uma lembrança coletiva, ‘a nossa rede’, ‘a nossa escola’, necessitando da legitimidade do outro nas recordações onde, “para



evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras” (HALBWACHS, 2013, p. 72).

Assim, efetivadas as triagens necessárias – ou ao menos aquelas que julguei suficientes para os meus objetivos guarda –, ficou a sensação de que aqueles documentos não diziam respeito apenas a mim, mas a um conjunto de sujeitos que vivenciaram aquelas histórias ou delas são frutos.

De tal sensação, restou-me a compreensão das palavras de António Nóvoa, indicando que “o mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico” (NÓVOA, 1996, p. 1).

Além do mais, muitos dos documentos que juntei jamais vieram à luz do coletivo, por estarem em espaços aos quais o acesso é restrito. Isso sobressai a percepção de que os documentos que guardo, apesar de pessoal por escolha, também são coletivos por direito, onde:

“Nos arquivos pessoais, em que o uso de termos coletivos é uma constante (correspondência, produção intelectual, fotografias, recortes), encontram-se muitos documentos que, decorrentes ou não de relações interpessoais, jamais foram repertoriados, em detrimento de sua adequada classificação.” (CAMARGO, 2009: p. 34).

Compreendo, assim, que os documentos sob minha guarda não são constitutivos apenas da minha trajetória profissional, e sim de toda uma rede de professores e alunos que, ao longo de décadas, fazem a Educação Municipal. Ou seja, trata-se de um arquivo pessoal apenas pela imponderada omissão dos agentes públicos.

### *Do âmbito pessoal para a história da educação: em defesa do 'lixo'*

Na presente seção, analiso e justifico as possíveis utilizações das peças empíricas que compõem o arquivo, sobretudo, na constituição de uma história da educação de redes e sistemas públicos de ensino, considerando o alerta de Ragazzini acerca das fontes, pois elas “têm diversos níveis de consistência numérica, tipológica e geográfica, além de diferentes pesos probatórios. Portanto, não surgem equivalentes, ainda que, em determinados casos, tornem-se equivalentes na sua

sobrevivência no tempo” (RAGAZZINI, 2001, p. 20). Ou seja, por mais que os documentos sob minha guarda sejam relevantes, é necessário ponderar seu uso na escrita da história da educação.

Na apresentação da obra *História da Pedagogia*, do italiano Franco Cambi, o professor António Nóvoa faz a defesa da História da Educação a partir de quatro ideias principais. Recupero as quatro ideias para, a partir delas, estabelecer possibilidades de leitura para o arquivo pessoal que tenho em mãos.

Inicialmente, entendo que o conjunto dos documentos auxilia na medida e na recomposição da história da educação da rede pública municipal a eles relacionadas. Porém, a partir dos mesmos documentos, também é possível estabelecer uma série de rotas e narrativas para a recomposição de temas afetos a outras redes e sistemas públicos de ensino, tanto em sequência temporal linear, quanto narrativas temáticas. Essas possibilidades evidenciam a relevância do arquivo para a memória, além de o indexarem a uma história coletiva, na concepção de que:

A História é a ciência de uma mudança e, a vários títulos, uma ciência das diferenças” (Marc Bloch). A História da Educação deve ser justificada, em primeiro lugar, como História e deve procurar restituir o passado em si mesmo, isto é, nas suas diferenças com o presente. Como escreveu Vitorino Magalhães Godinho, a história é um modo – o mais pertinente, o mais adequado – de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado (NÓVOA, 1999, p. 13).

Quando examinados em conjunto, os documentos que compõem o arquivo denotam evidente ligação com a história da educação. Porém, quando examinados de forma amiadada, em razão de seus contextos de produção e finalidades específicas, é possível dividi-los em categorias que, no lugar de minimizar sua força, desempenham função contrária, potencializando ainda mais as características e ligações do arquivo com a história da educação.

Um primeiro conjunto de documentos diz respeito às Atas de reuniões da Secretaria Municipal de Educação com a equipe gestora das escolas municipais, que além de registrar incontáveis aspectos de organização administrativa das escolas ao longo dos anos, também apresenta elementos de cunho pedagógico, sobretudo quando são balizadas as diretrizes educacionais para a rede, ressaltando as distintas formas de diálogo que se estabeleceram entre as diferentes gestões partidárias da secretaria de educação e as gestões das escolas municipais.

Aliás, tais Atas registram, inclusive, as alterações da forma de tratamento entre mantenedora, ou a secretaria de educação, e mantidas, no caso, as escolas. Das formas mais cordiais e aparentemente democráticas, às formas expressamente autoritárias e hierárquicas, a relação entre mantenedora e mantidas flutua no tempo, registrando os acordos tácitos de comportamento entre os atores que materializavam a educação municipal de lugares de gestão, permitindo antever que “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU, 2011, p. 65).

Outro grupo de documentos que auxiliam, nesta leitura de alterações no tempo, são as agendas informativas anuais da Secretaria Municipal de Educação, espaços de registro que contêm organogramas com o arranjo interno do órgão; súmula de planos de ação; datas de reuniões; e, eventualmente, informações mais detalhadas sobre o funcionamento da rede.

Tais documentos contribuem na recomposição histórica do passado coletivo, desvelam alterações de rumo e composição de gestões; indicam mudanças na forma de tratamento entre os sujeitos envolvidos; apresentam novas formas de organização hierárquica, a composição de setores de administração da rede, enfim, indicam pistas sobre a trajetória das muitas mãos protagonistas que colaboraram, ao seu tempo e em seus contextos, para que a rede chegasse ao que é hoje, somado à ideia que:

A História da Educação fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva (NÓVOA, 1999, p. 13).

As formas de condução da dimensão pedagógica da rede, as concepções de ensinar e aprender, o trato metodológico e o apoio ao trabalho do professor, além das evidências disponíveis nas Atas mencionadas, também encontram espaço de registro nos Documentos de referência curricular; em alguns detalhes dos Planos de metas quadrienal da Secretaria de Educação; em alguns aspectos dos relatórios de final de ano letivo das escolas da rede; nos registros de grupos de estudos criados na rede a partir da parceria com Instituições de Ensino Superior locais (artigos científicos, livros, material de divulgação...); mas, sobretudo e prioritariamente, nos subsídios pedagógicos ofertados às escolas, de 1979 a 2014.

Ao examinar documentos históricos encarregados de, em diferentes tempos, subsidiar o professor para práticas pedagógicas efetivas, é possível inferir que:

A História da Educação pode ajudar a cultivar um saudável ceticismo, cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação de métodos, de modas e de reformas educativas. Aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica dos nossos dias (NÓVOA, 1999, p. 13).

Ora, se não há registros, também não há memória... os cultuadores do novo poderão, cada qual ao seu tempo, apresentar soluções que já foram testadas para questões pedagógicas, uma vez que não há nenhum registro ou nada para lhes acenar com a falta de ineditismo de suas propostas. Isto porque a memória não é espontânea, sendo necessário “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p.13).

Além do mais, “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca, necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’” (CERTEAU, 2011, p. 46). Portanto, registrar as práticas e as teorias que embasaram tais práticas permite, justamente, contrapor dogmatismos e manter aceso o espírito crítico.

Outros documentos disponíveis no arquivo remetem à percepção alargada sobre a constituição do passado da rede, suas escolas e formas organizacionais. Tais documentos são os Relatórios da intendência, os Planos municipais de educação e os documentos referentes à sua construção, de 1991, 2005 e 2015, além das leis e dos Projetos específicos que dizem respeito a programas e ações de governo.

Nas palavras de Ragazzini, “a história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos” (RAGAZZINI, 2001, p. 19), considerando os movimentos políticos que interferem na educação. De tal modo, esse conjunto de documentos acena também para a dimensão histórica dos processos educacionais, construções sociais indexadas a um tempo e um espaço, onde:

A História da Educação amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão da extrema diversidade das instituições escolares do passado. Para, além disso, revela que a educação não é um “destino”,

mas uma construção social, o que renova o sentido da ação cotidiana de cada educador (NÓVOA, 1999, p. 13).

Sendo a educação uma ‘construção social’ (e política), é mister compreender, minimamente, o passado, os movimentos e decisões que desembocaram em cenários atuais, para evitar a naturalização de processos que não são naturais, mas construídos no seio social, encharcados de interesses e posições, por vezes, antagônicas.

Feito o caminho reflexivo em torno dos documentos do arquivo e a história da educação, é lícito inferir que os documentos arrolados no arquivo pessoal são compatíveis com a relevância da história da educação, mantendo-se atrelados a significados que a fortificam, sendo compatíveis, ainda, com a constituição de uma história coletiva que singulariza uma rede pública de ensino, mas que também evidencia possíveis generalizações com redes e sistemas públicos de ensino.

### *Os registros de um passado coletivo: lugar da memória ou descuido?*

Nesta última seção, teço reflexões sobre o arquivo pessoal como lugar de memória e possível depositário de uma memória coletiva, utilizando uma revisão bibliográfica mínima como aporte.

Durante o tempo em que acolhia e fazia a guarda física dos documentos destinados ao descarte, me perguntei, algumas vezes, se não estaria fazendo isso apenas por veledade, interesse pessoal. Por outro lado, deixar ‘queimar’ registros de toda uma rede seria, no mínimo, contraproducente. Ainda que diferentes agentes públicos em diferentes contextos – responsáveis pelo descarte do material em tela – não aparentassem ter a dimensão exata da necessidade do resgate de trajetórias e da história da educação, a mim não cabia duvidar dessa dimensão, tampouco desconsiderar a minha memória.

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos e pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 420).

Então, à minha memória constituída, mesmo trabalhando com o que o agente público, eventualmente, considerou como o que seria destinado ao descarte e, portanto, ao esquecimento, acumular tais documentos, catalogá-los e organizá-los me permitiu preparar em meu arquivo pessoal um lugar de memória.

Talvez seja o caso de concordar com Nora, quando diz que “os lugares de memória, são antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12), mas, ao mesmo tempo, são espaços de lembranças coletivas onde “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Assim, o meu arquivo pessoal passou a ser um lugar de memória, sob o temor incontestado do potencial risco do apagamento da história e, por consequência, da memória coletiva, compreendendo que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13). Destarte, me pergunto: daqui a alguns anos, quem lembrará da constituição da ‘minha’ rede municipal de ensino?

Portanto, caracterizo o arquivo pessoal como, no caso em tela, um lugar de memória, um espaço físico que apesar de pessoal foi protocolarmente organizado e donde provém referências e lembranças com potencial de estímulo à memória individual e coletiva, considerando que os lugares de memória:

São os rituais de uma sociedade em ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípios; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993: 12-13).

E há algo de sacral em um arquivo assinalado pela contradição: de um lado a omissão do agente público que deveria lhe fazer guarida; de outro, a guarda unilateral de quem deseja marcar sua trajetória profissional pela memória constitutiva da profissão e do espaço laboral, ou nas palavras de Certeau: “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (CERTEAU, 2011, p. 45).

É o rito de apropriação e referência que atribui sentido ao lugar de memória. O relembrar, tomar como referência, citar, referir, indicar. Um lugar de memória é, antes de tudo, um símbolo.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada das lembranças. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p.21-22).

Em seus ritos, os lugares de memória assumem o condão de manter vivos registros e referências não apenas pessoais, mas também – e sobretudo – coletivos. Registros que enraízam sujeitos em suas origens históricas, colaborando para memórias coletivas.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (11 de março de 1877, Reims, França – 16 de março de 1945, Buchenwald, Weimar, Alemanha), na obra ‘A memória coletiva’, publicada pela primeira vez em 1950, cinco anos após sua morte, expõe sobre a natureza social da memória, indicando a produção de uma memória coletiva. Em tal obra, Halbwachs aponta que “...indivíduos utilizam imagens do passado enquanto membros de grupos sociais [...] Indivíduos não recordam sozinhos, [...] eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência” (SEPÚLVEDA 2003, p. 42-43).

Diante da necessidade do respaldo coletivo à memória individual, um arquivo pessoal, como no caso em estudo, é um ponto de apoio em comum da memória individual, por apresentar peças de recordação produzidas em um coletivo e, também, tal arquivo tem potencial para ser um ponto de memória coletiva, com vários pontos de contato, uma vez que:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Por outro lado, parece inegável o risco de extinção da memória, quando nunca evocada ou que não se alicerça em uma coletividade... subtrair de uma rede de ensino

todas as suas referências históricas significa, portanto, apagá-la não apenas da memória dos vivos, mas alijá-la das gerações futuras.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Deste modo, se não existirem pontos (dados, noções, lembranças) em comum, as memórias não subsistirão como elementos coletivos. Nesta direção, Halbwachs explica que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 2013, p. 75). Disto, o risco de termos dificultado o acesso à constituição histórica da rede pública de ensino – como no estudo apresentado –, quando de eventuais trocas geracionais, é suficientemente consistente.

Portanto, e dentro do escopo reflexivo exibido, o arquivo pessoal apresentado pode ser caracterizado como um lugar de memória, que guarda possibilidades de uma memória coletiva.



## Considerações finais

Durante 20 anos de minha trajetória profissional, me dediquei a juntar o que outros consideravam 'lixo'. Trabalhando em um setor público, vi passarem 5 administrações quadrienais e, cada uma delas, tratava de limpar vestígios dos feitos anteriores, em uma espécie de ritual de purificação. Da dor de ver registros de uma rede pública sendo descartados, surgiu meu empenho pessoal em guardar aquilo que dizia respeito a mim, mas não apenas.

Assim, compus um arquivo pessoal com registros de uma rede municipal de ensino de porte médio no interior sul-rio-grandense, cuidando dos documentos como forma de resgate de minha própria trajetória, mas tratando-os também como registros coletivos – que de fato o são – de uma memória coletiva negada pelos rituais de passagem de administrações quadrienais.

De tal modo, o objetivo do texto incidiu sobre a partilha de reflexões acerca da potência de um arquivo pessoal constituído a partir do descaso para com a história, do desleixo para com o coletivo, considerando a relevância da história da educação de redes e sistemas públicos de ensino.

Metodologicamente, o texto assentou-se em uma pesquisa descritiva, evidenciando reflexões e inferências realizadas a partir do *corpus* empírico de análise: documentos de guarda pessoal resgatados de processos de exclusão física e mantidos sob custódia ao longo de 20 anos, constituindo um arquivo pessoal.

Em síntese, as reflexões tecidas apontam, conclusivamente, que os documentos arrolados no arquivo pessoal são compatíveis com a relevância da história da educação, mantendo-se atrelados a significados que a fortificam e estimulando a perspectiva do historiador da educação como sendo aquele sujeito que, parafraseando Nora, “impede a história de ser somente história” (NORA, 1993, p. 21).

Todavia, tais documentos não têm nenhum sentido se não forem dotados de tal sentido, articulados, organizados e, de preferência, publicizados, constituindo-se em um efetivo lugar de memória, pois “os lugares de memória só vivem de sua aptidão

para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p.22).

De tal modo, a força empírica dos dados contidos nos documentos guardados indica que o arquivo pode se constituir em um lugar de memória, conservando possibilidades de uma memória coletiva.

## Referências

- BELLOTTO, H. L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências e Letras* (Porto Alegre), Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.
- CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45. n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, v. 10 n. 19, pp. 41-66, 1997.
- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-28.
- LOMBARDI, J. C. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 141-176.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.
- NÓVOA, A. Apresentação. In: CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP (FEU), 1999, p. 11-15.
- NÓVOA, A. História da educação: percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica*, Lisboa v. 4, n. 14, p. 417-434, 1996. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/70653247.pdf>.
- RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? *Educar em Revista* [online]. n. 18, pp. 13-27, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.231>>
- SEPÚLVEDA, M. dos S. *Memória Coletiva Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. História, Memória e História da Educação. In: *Histórias e Memórias da educação no Brasil*, vol. III. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 416-429.

RECEBIDO: 30/07/2022  
APROVADO: 05/11/2022

RECEIVED: 07/30/2022  
APPROVED: 11/05/2022

RECIBIDO: 30/07/2022  
APROBADO: 05/11/2022